

Hélintha Coeto Neitzke

**Limites e
possibilidades
para a propositura
das Convenções
Processuais**

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Hélintha Coeto Neitzke

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

N417l

Neitzke, Hélintha Coeto

Limites e possibilidades para a propositura das conven-
ções processuais / Hélintha Coeto Neitzke. – 2. ed. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2020.
220 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 193-206.

ISBN 978-65-5510-110-2

1. Negócio jurídico processual. 2. Flexibilização. 3. Pro-
cedimento. 4. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio Livro “Limites e Possibilidades para a propositura das Convenções Processuais”, de Hélintha Coeto Neitzke	1
1 Introdução.....	5
2 Contexto, Objetivos e Aspectos Gerais da Lei nº. 13.105/2015	9
2.1 Processo e Procedimento	9
2.1.1 A legitimação pelo procedimento segundo Niklas Luhmann.....	16
2.2 Direito da parte à participação ativa procedimental.....	21
2.3 O formalismo processual	25
2.3.1 O direito fundamental a um procedimento adequado.....	31
2.3.2. Técnica da flexibilização procedimental por meio do princípio da adaptabilidade procedimental	35
2.3.3 A simplificação formal e o maior rendimento possível como objetivos buscados pela Comissão elaboradora do atual Código de Processo Civil.....	42
2.4 Privatismo/Hiperpublicismo/Publicismo – as fases pelas quais o processo passou	48
2.5 Modelo inquisitivo/dispositivo/cooperativo	52
2.5.1 O atual diploma processual e os momentos em que as partes são chamadas a participar ativamente.....	61
2.6 As convenções processuais como garantia ao acesso à justiça	69
3 Convenções Processuais.....	77
3.1 As convenções processuais na teoria dos fatos jurídicos processuais	77

3.2	Conceito e a nomenclatura mais adequada	84
3.3	Classificação	86
3.4	A regra geral do artigo 190 do Código de Processo Civil.....	91
3.4.1	A diferenciação das convenções processuais a respeito do procedimento e das situações jurídicas processuais	96
3.5	Requisitos das convenções processuais	102
3.5.1	A capacidade das partes	103
3.5.2	A forma.....	105
3.5.3	O objeto	106
3.6	O juiz e as convenções processuais	106
3.6.1	O plano de eficácia das convenções processuais	106
3.6.2	O papel do juiz diante das convenções processuais: fiscalização e controle.....	110
3.6.3	As novas atribuições do juiz no processo após a vigência do CPC/2015	112
3.6.4	A criação da norma processual por convenção e sua interpretação	117
3.6.4.1	In dubio pro libertate	118
3.6.4.2	A Cláusula Geral.....	121
3.6.4.3	A observância do contraditório em atenção ao atual modelo cooperativo de processo	124
3.6.4.4	Aproveitamento e convalidação das convenções processuais.....	127
4	Possibilidades e Limites das Convenções Processuais.....	129
4.1	A autonomia das convenções processuais.....	129
4.2	Atos processuais dispositivos.....	131
4.3	O objeto nas convenções processuais	134
4.3.1	Direitos que admitam autocomposição	135
4.3.2	Casufísticas de objetos lícitos nas convenções processuais	143

4.3.2.1 Convenções processuais relacionadas à fase de conhecimento	144
4.3.2.1.1 Convenções processuais relacionadas ao ônus da prova.....	145
4.3.2.1.2 Calendário processual.....	147
4.3.2.2 Convenções processuais relacionadas à fase recursal	152
4.3.2.3 Convenções processuais relacionadas à fase de execução	154
4.3.2.4 Convenções processuais x Juizados Especiais	156
4.3.2.5 Convenções processuais x Ações Coletivas	157
4.3.2.6 Convenções processuais x Fazenda Pública	161
4.3.2.7 Convenções processuais x Ministério Público	165
4.4 Limites gerais das convenções processuais	167
4.4.1 Boa-fé	167
4.4.2 Ordem pública.....	171
4.5 Limites específicos das convenções processuais	173
4.5.1 Casos de “nulidades” do parágrafo único do artigo 190 do CPC/2015	174
4.5.1.1 Reserva legal	174
4.5.1.2 Vícios da vontade e vícios sociais	175
4.5.1.3 Ofensa aos direitos fundamentais	177
4.5.2 Inserção abusiva em contrato de adesão.....	181
4.5.3 Parte em manifesta situação de vulnerabilidade	183
4.6 Via recursal cabível	186
5 Conclusões.....	189
Referências	193